BARBOSA, Maria Carmen Silveira, HORN, Maria da Graça Souza. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY. M. C. KAERCHER, G. E. P. da S. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei nº9. 394, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF. 1998.

CORTESÂO, Luísa e TORRES, Maria Arminda, **Avaliação Pedagógica II**. Mudança na Escola. Mudança na Avaliação. Porto: Porto Editora, 1994.

DINONET, Vital. Coerência entre avaliação e finalidade da educação infantil. **Revista Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed Editora, Ano IV, nº 10. Mar/jun. 2006.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRISON, Lourdes Maria B. **Portfólio na Educação Infantil**. Ciências e Letras, Porto Alegre, 2008. Disponível em http://www.fapa.com.br/cienciaseletras. (Acesso 20 abril 2013).

Desafios da Profissão Docente no Brasil

Patricia Mie Mizuta Ito

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo propor uma breve discussão e reflexão a respeito dos problemas relacionados à profissão docente em nosso país, haja vista que a educação brasileira enfrenta inúmeros desafios na tentativa de proporcionar a todos os cidadãos acesso a uma escola de qualidade.

Sabemos da importância dos educadores na sociedade e o estudo e entendimento de determinados pontos são cruciais para compreendermos o motivo pelo qual a educação brasileira passa por dificuldades incalculáveis.

A formação inicial e continuada do professor, a valorização da profissão no país e programas que visem a diminuição da desigualdade social e melhoras na qualidade da educação podem ser os primeiros passos para vencermos os desafios da educação contemporânea e deve ser vista como uma necessidade de mudança no paradigma de ensino, de um modelo passivo, baseado somente na aquisição de conhecimento, para um modelo ativo que vise o desenvolvimento global de competências que atendam as suas necessidades e a de seus alunos para que todos possam conviver em uma sociedade menos fragmentada e mais justa.

PALAVRAS-CHAVE: Docência no ensino superior, Educação, Profissão docente.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um processo social do qual todos participam. As pessoas se educam e são educadas cotidianamente nas suas relações interpessoais, no convìvio nos espaços públicos e privados, em ações de convivência, nas conversas, e também no acesso às diferentes informações em distintas tecnologias.

Compreender a educação como um bem público é um valor a ser compartilhado por todos. É ela que assegura a coesão e a equidade social, a solidariedade e, num movimento complementar, o desenvolvimento pessoal.

Porém, a docência e a qualidade da educação no Brasil são assuntos que necessitam de muitas reflexões e discussões e são temas urgentes que vem a muito tempo sendo banalizados e sofrendo um profundo desgaste frente à crise pela qual passamos.

2. DESENVOLVIMENTO

ATRIBUIÇÕES E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES NA ATUALIDADE

A imagem do professor passou por mudanças significativas e fez com que este redefina e repense seu papel e suas funções de acordo com as mudanças que alteraram as relações de sua profissão. A degradação da sua imagem social, as inúmeras exigências, a exaustante jornada de trabalho aliada a baixa remuneração, sem falar no desgaste físico e emocional levam o professor a enfrentar a carreira com uma atitude de desilusão, insegurança, inconformismo e renúncia.

Aliado a tudo isso, falar de docência na contemporaneidade nos faz rever também uma série de questões como a fraca atratividade pela profissão docente, a qualidade da formação dos futuros docentes e a decadência dos cursos de licenciaturas.

Segundo Tardif e Lessard (2008, p. 10) “a partir do começo dos anos 1980 e ainda fortemente no início dos anos 1990, as ondas de restrição orçamentária para a educação atingiram duramente os professores”.

Os mesmos autores citam que "a carga de trabalho do professor é mais pesada do que antes, e sobretudo mais absorvente, mais exclusivista e mais exigente, enquanto os meios e os financiamentos encolhem".

Ao mesmo tempo em que é um educador, também é, pelo menos em parte psicólogo que deve estar atento a qualquer mudança de comportamento e dificuldades dos alunos e da comunidade. Sua demanda cresce realizando funções administrativas como confeccionando provas, testes, passar nota, participar de reuniões pedagógicas... Deve ainda reciclar, fazer cursos, especializações mesmo que a sua remuneração não seja condizente com tantas tarefas e exigências deteriorando sua saude e práticas docentes. Ser criativo em suas aulas, deixando as com qualidade, motivadoras, estimuladoras para que os estudantes queiram construir e/ou buscar conhecimento.

Tarefa árdua e difícil haja vista que historicamente dissemina-se a ideia de que a imagem do professor é uma extensão da família, que deve dedicar-se com afinco a cuidar, zelar e educar pelo bem estar das crianças e jovens contrariando o que diz a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que citam claramente que a educacação é um dever do Estado e da Família.

IDENTIDADE DA PROFISSÃO DOCENTE

Os problemas impostos pelo novo contexto educacional e social da atualidade fazem com que a construção da identidade profissional docente passe por dificuldades relevantes em sua constituição, gerando uma relação muito estreita entre uma crise de identidade e a crise da profissão do professor. Assim, o profissional da educação demonstra confusão em muitos aspectos, abalado, mal definido, em conflito com uma auto imagem pouco expressiva e desvalorizada.

Competências como liderança, gestão, pesquisa, criatividade na solução de problemas, abertura para o novo, pro-atividade, trabalho em equipe multi e interdisciplinar, participação coletiva em elaboração e execução de projetos também são atribuições do professor.

Nóvoa apud Pereira e Martins (2002, p. 120) advertem que "a identidade (ser e sentir-se professor) não é um dado, não é uma propriedade, não é um produto: identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão.

E é nisso que realmente nos inspiramos, apesar de todos os empecilhos enfrentados, que muitos profissionais da educação ainda permanecem na profissão não só pela vocação ou falta de oportunidades, mas pelo amor ao trabalho que exercemos e por acreditarmos que a educação seja a chave para a solução de grande parte dos problemas da humanidade. Lutar, agir e reagir é necessário e se faz urgente na atual situação em que nos encontramos.

Essa esperança é fortemente aquecida pois temos a consciência do nosso papel, de nossa importância na forte contribuição para que as mudanças ocorram. Mudança esta não só na luta por direitos e melhorias em nossa carreira profissional mas também mudança na realidade principalmente dos menos favorecidos, facilitando o processo de ensino aprendizagem, sendo um modelo para que os alunos pensem, questionem, aprendam a ler e enxergar a realidade em que vivem, refletindo, ensinando e caminhando juntos na construção de opiniões próprias, autonomia, liberdade de viver e conhecedores de seus deveres e direitos.

DIFERENÇAS NA EDUCAÇÃO PARA RICOS E POBRES

De acordo com Libâneo (1998, p. 17-18) citando Frigotto "no plano educacional, a educação deixa de ser um direito e transforma-se em serviço, em mercadoria, ao mesmo tempo que se acentua o dualismo educacional: diferentes qualidades de educação para ricos e pobres".

Consequentemente há o aumento desenfreado das desigualdades sociais existentes no país desfavorecendo os mais necessitados, a evasão escolar e diminuindo as chances de uma melhora da perspectiva de vida dessa população.

Uma reforma educacional se faz necessária com a capacidade de promover o acesso e permanência dos alunos, que possibilite a inclusão social e o desenvolvimento democrático das instituições, possibilitando o pensar e repensar na educação atual.

Nas palavras de Cortella, 2003, "as elites controlam o sistema educacional, controlando salários, condições de trabalho, burocracia etc., estruturando, com isso, a conservação; porém, mesmo que não queira, a Educação por elas permitida contém espaços de inovação a partir das contradições sociais. Não é casual que as elites evitem ao máximo a universalização qualitativa da Escola em nosso país".

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

A construção do currículo numa perspectiva democrática exige que situemos a concepção de democracia num contexto histórico mais amplo. É preciso considerar que, historicamente, a retomada do rumo da democracia é bastante recente em nosso país. Sob o ponto de vista legal, a gestão democrática aparece como princípio fundamental da educação no Artigo 206, Inciso VI da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, e no Artigo 3, Inciso VIII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 1996).

Portanto, o que podemos designar como gestão democrática sustenta- se mediante uma gramática pedagógica de currículo, pensada como a expressão de uma ideologia educacional materializada, interpretada e vivida pelas pessoas no plano das realizações cotidianas (PINAZZA, 2014).

Pensar numa educação democrática é pensar numa educação feita para todos e com todos, que promova a igualdade de condições, observando as diferenças, as desigualdades culturais, etnicas, sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, partir da democracia como valor maior da gestão pedagógica de uma instituição educacional implica compreender o currículo como conjunto de ações que, para além de planos, objetivos, procedimentos e aspectos organizacionais, compreendam como se configura o cotidiano, como são as práticas educacionais de cada instituição, quais são as crenças e valores que habitam os lugares e como se dão as interações entre os diferentes sujeitos da comunidade educativa – bebês, crianças, jovens, adultos, famílias e educadores.

A construção coletiva, participativa e genuinamente democrática do Projeto Político Pedagógico (PPP) como expressão das intenções e como vivência de propostas pedagógicas que traduzam a marca identitária de cada unidade é de suma importância para a concretização da tão sonhada gestão democrática. Nas palavras de Azanha (2006, p. 104), " [...] o importante é a motivação e o empenho comum numa reflexão institucional abrangente e o firme propósito de alterar práticas nos sentidos indicados, por essa reflexão. Para isso, não há fórmulas prontas e convém não esperar auxílio de ma inexistente "ciência de projetos" ou de roteiros burocratizados".

O PPP, anunciados da gramática pedagógica orientadora do currículo da unidade educacional, encerra um ato político refletido coletiva e colaborativamente, com um duplo movimento de tomada de consciência da realidade educacional da instituição e da tomada de decisão em favor de mudanças que se façam necessárias.

Decorre dessa compreensão a advertência de que "a ideia de um projeto pedagógico, visando à melhoria desse mundo com relação às suas políticas específicas, ser uma ficcção burocrática se não fruto da consciência e do esforço da coletividade escolar". (Azanha, 2006, p. 104).

Assumir a gestão democrática do processo pedagógico implica assumir que tanto alunos como suas famílias e comunidade devem fazer escolhas e são coautoras do planejamento e no plano das educadoras. Eles são agentes tão potentes na construção da proposta curricular na instituição, quanto os educadores. Configuram-se novos cenários e possibilidades de viver o currículo, nos quais os educadores exercem a importante tarefa de mediar saberes e experiências dos alunos, famílias e comunidade (em sua pluralidade e diversidade) com os conhecimentos do patrimônio artístico, cultural, ambiental, científico e tecnológico.

Libâneo, 2004 diz que o regimento escolar para a gestão democrática estabelece parâmetros para as relações tanto administrativas quanto sociais que se dão no ambiente educacional. Trata-se não apenas de uma ferramenta de controle e organização, mas, e principalmente, de um instrumento de democratização das relações, uma vez que define os limites, os compromissos e as possibilidades da participação de cada segmento, de cada função e de cada indivíduo na definição dos rumos da educação envolvidos na escola e não somente na sobrecarga existente no professor.

PROFISSÃO DOCENTE

Pereira e Martins (2002, p. 113) "é de suma importância discutir o conceito de profissional docente do ensino superior do Brasil, sobretudo, porque a pós modernidade reduziu o sistema de ensino a um atendimento de segunda categoria para a sociedade marginalizada.

A partir da década de 1990, o conceito de professor reflexivo passou a estar presente com a busca de uma redefinição do papel docente universitário e em 1996 isso levou a uma aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A partir deste conceito, questões como a valorização e o desenvolvimento dos saberes docentes e a consideração destes como sujeitos e intelectuais capazes de produzir conhecimento e de participar das decisões na gestão escolar e dos sistemas contrapondo a concepção de professor tecnocrático dos anos 1970 são levantadas (Pimenta, 2005).

Este professor reflexivo, consciente do momento histórico em que vive, rompe e abre a possibilidade da construção de uma universidade que pensa na política e filosofia da comunidade que a compõe, ou seja, um local que envolve-se na defesa e no atendimento da sociedade.

Segundo Zabalza (2004) o professor formador deve levar em consideração questões como: "[...] sentido e significado da formação: que tipo de formação? Formação para quê? Conteudo da formação: formação sobre o quê? Destinatários da formação: formação para quem? Agentes da formação: quem deve ministrá-los?

O professor formador contribui para que mudanças ao seu redor aconteçam e pelas suas experiências e ética é que inova a docência superior: rompendo com a forma conservadora de ensinar, aprendendo, pesquisando e avaliando; reconfigurando saberes; procurando superar dicotomias entre conhecimento científico e senso comum, ciência e cultura, educação e trabalho, teoria e prática; explorando novas alternativas teórico metodológica em busca de possibilidades de escolha; procurando a renovação de sensibilidade ao alicerçar-se na dimensão do novo, da estética, no criativo e na inventividade.

Ele também passa por muitos desafios como:

- O que é ensinar e aprender na contemporaneidade?
- Que características são necessárias para assegurar a qualidade da formação dos professores formadores?
- Quem são e o que buscam os alunos de hoje que ingressam na universidade?

Contudo, a falta de estrutura, a baixa qualidade e comprometimento das instâncias superiores que cuidam da educação brasileira, fazem com que entremos num círculo vicioso no qual alunos advindos de um ensino de educação infantil, fundamental e médio não adequado, quando conseguem ingressar no ensino superior, apresentam baixo rendimento e desempenho acadêmico.

Isso é comprovado pelo INEP, 2014 e com o Plano Nacional da Educação com diversas metas, muitas das quais não cumpridas até o presente momento.

Estas pesquisas indicam que houve uma ampliação quantitativa no número de alunos no ensino superior, ao passo que este aumento nem sempre está atrelado a qualidade educaciona. Este aumento deve-se em grande parte ao estímulo governamental com a criação de novos cursos nas instituições públicas, comunitárias e particulares e a propaganda do ensino a distância (EAD) como meio rápido e eficaz de alavancar o índice de graduados.

Isso transforma a educação em uma lucrativa empresa de vendas de formações universitárias. Transformou-se em um mercado, um ambiente educacional onde a quantidade é preferida em relação à qualidade.

A UTILIZAÇÃO DAS TICS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, a aplicação da tecnologia à serviço da educação teve grande avanço nas décadas de 1960 e 1970, com o advento das máquinas de ensinar – retroprojetor, projetor de slides, microscópios e outros, reforçado pela política tecnicista que sustentava as decisões do meio educacional. Porém, o avanço maior ocorreu na década de 1990, com a adoção da televisão e do vídeo na escola pública. Esse avanço tem sido consolidado, no fim do século passado e neste início de século, pela introdução do computador no ambiente escolar. No entanto, essa mudança requer, das escolas, preparação metodológica e aperfeiçoamento de posturas necessárias à provocação e acompanhamento do processo educativo.

Exige também, a reorganização das práticas do trabalho escolar. É preciso incentivar e priorizar a pesquisa, associar teoria e prática, utilizar métodos educacionais adequados à nova realidade social e tecnologica.

Outras dificuldades têm-se instalado nas escolas, como a falta de computadores e de laboratórios de informática. A velocidade com que se propagam a informação e o acesso a ela não garante a sua conversão em conhecimento e, tampouco, sua disponibilização na escola. À população é disponibilizado o acesso

às informações, mas não à produção delas. Esta ainda permanece restrita a um pequeno grupo dominante.

Apesar do crescente número de projetos e programas na área da tecnologia educacional, as escolas continuam deficitárias de elementos necessários à sua sobrevivência, tais como materiais didáticos, condições dignas de trabalho, bibliotecas e muitos outros. A carência das escolas brasileiras continua grande, configurando duas realidades distintas: a das escolas com acesso à tecnologias e daquelas desprovidas deste aparato.

Assim, faz-se necessário promover mudanças o seu interior, para que ela se ajuste à realidade que se vem instalando. Quais mudanças seriam necessárias nesse momento? Tais mudanças precisam ocorrer nas ações do professor e dos alunos, no resgate do espaço da escola como ambiente educativo, na organização curricular de forma que atenda às necessidades dos alunos, na nova gestão escolar, na revisão do papel dos pais e da comunidade, no auxílio de especialistas externos e na clareza do papel das novas tecnologias. É necessário também prescrever que a escola deverá acompanhar as transformações sociais e contribuir para combater as desigualdades sociais existentes entre os alunos, oferecendo a todos, desde a educação infantil, o acesso a essas tecnologias.

É fundamental ainda repensar a formação do professor e a necessidade da aquisição de novas competências e habilidades para atuar na formação do cidadão capaz de aprender a aprender. Já sabemos que as tecnologias têm o potencial do encantar alunos e professores, mas é preciso ir além desse deslumbramento e repensar a prática pedagógica diante de tais recursos.

Como se trabalha com o conhecimento e as informações? O aluno precisa aprender a buscar informações, trazê-las para a aula, trocá-las com seus colegas, discutí-las, criticá-las, compará-las com as informações dos professores, organizá-las contribuindo seu conhecimento, discutir com os alunos a validade das informações obtidas pela internet para aprenderem a selecioná-las.

Conhecer o surgimento das tecnologias é fundamental para poder compreendê-la. Contudo, não basta apenas sermos bons conhecedores desta história, é preciso sim refletir sobre a prática pedagógica com ajuda das tecnologias. Além disso, é nossa responsabilidade como educadorres lutarmos para que as tecnologias possam contribuir para a democratização de saberes, tendo em vista a formação de cidadãos na atualidade.

A pesquisa se faz necessária. O conteudo que perpassa a pesquisa se transformará em conhecimento, pois será necessário que o aluno adquira o conjunto de técnicas e métodos científicos de forma crítica, relacionando diferentes teorias e autores com as próprias experiências e vivências anteriores, formando-se assim um profissional habilitado não apenas tecnicamente, mas como pessoa que teve suas capacidades intelectuais desenvolvidas, cultural, social e profissionalmente.

Só uma aprendizagem que motiva pode proporcionar uma aprendizagem significativa.

O COMPROMISSO COM A AGENDA 2030

A prefeitura da cidade de São Paulo e a secretaria municipal da educação assumiram o debate da agenda 2030 como um compromisso irremediável da cidade, para com a vida no planeta e a conquista do bem estar de todos. Esta agenda é consequência da conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável (Rio + 20), e foi aprovada em 2015 por vários países do mundo. Ela é muito ampla e tem a educação como um foco privilegiado. A educação é o objetivo 4 – educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover a oportunidade de aprendizagens ao longo da vida de todos. A agenda 2030 propõe uma abordagem pedagógica sejam centradas nos alunos; uma aprendizagem voltada para a acção transformadora que questione e altere as formas como cada um enxerga e pensa o mundo, a fim de aprofundar a compreensão dele e transformá-lo.

3. CONCLUSÃO

Apesar de toda a crise de identidade, desafios e desilusões enfrentados na profissão, o professor da atualidade não desiste e continua na luta diária incessante por uma educação de qualidade para todos.

Com a tarefa de motivar os futuros profissionais para o exercício da docência e demais alunos inseridos nas diversas modalidades de ensino, o professor movimenta diferentes saberes, renova as diversas estratégias didáticas, revê crenças e princípios e repensa seu papel formador, no sentido de uma aprendizagem que motive para proporcionar uma aprendizagem significativa.

Com ética e profissionalismo, auxilia o futuro professor a não se sentir somente docente, mas também conscientizando-o de que o aprimoramento e a pesquisa devem ser buscados, bem como as transformações do mundo contemporâneo. Aspiram profissionais com sólida formação tecnológica reflexiva e investigadora, não mais fragmentada, superando a alienação para que assim possam focalizar uma educação de qualidade para todos.

Como diz Cortella (2003), " a nova realidade social a ser parida também por nós educadores é mais do que uma espera (nostalgia do futuro); é um escavar no hoje de nossas práticas à procura daquilo que hoje pode ser feito. Esse hoje é uma das pontas do nó do futuro a ser desatado, fruto de situações que não se alteram por si mesmas. Nosso tempo, o dos educadores, é este hoje em que já se encontra, em gestação, o amanhã. Não um qualquer, mas um amanhã intencional, planejado, provocado agora. Um amanhã sobre o qual não possuimos certezas, mas que sabemos das possibilidades..."

REFERÊNCIAS

Azanha, José Mario P. **A formação do professor e outros escritos**. São Paulo: Senac, 2006.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.314**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Frigotto, Grudêncio. **Educação e a crise do Capitalismo Real**. São Paulo, Cortez: 1996.

Cortella, Mário Sergio. **A Escola e o conhecimento: Fundamentos epistemológicos e políticos**. 7. Ed.- São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

Nóvoa, Antonio. **Os professores e sua formação**. 2. Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

PEREIRA, Liliana Lemus Sepúlveda; MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. **A identidade e a crise do profissional docente**. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). Profissão professor: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PINAZZA, Mônica A. **Formação de profissionais da Educação Infantil em contextos integrados: informes de uma investigação** – ação. 2014. 409 f. tese (Livre-docente) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (Orgs.). **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Tradução de: MAGALHÃES, Lucy. Petrópolis: Vozes, 2008..